Pequeno guia para a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU

Una breve guía para el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas

A brief guide to the 81st session of the UN General Assembly

Santiago Alcázar e Paulo M. Buss

Resumo*:* O artigo aborda a 81ª. sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Palavras-chave*:* Nações Unidas; Assembleia Geral 2026.

Resume: *El artículo analiza el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU), explicando su funcionamiento y los principales temas que se debatirán en la Agenda 2026, incluyendo la reforma de la ONU, los conflictos militares en curso, la Agenda 2030 y otros temas de relevancia mundial relacionados con el desarrollo, los derechos humanos, la paz y la seguridad. Concluye afirmando que, a pesar de los esfuerzos de los países poderosos por atacar y desmantelar las Naciones Unidas, esta sigue siendo un espacio vital para la diplomacia multilateral, que promueve el diálogo, la cooperación y las soluciones conjuntas a los desafíos mundiales, reafirmando el papel de la ONU como plataforma central para el debate y la acción internacionales, en particular a través de su Asamblea General.*

Palabras-claves: *Naciones Unidas; Asamblea General 2026.*

Abstract: *The article addresses the 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA), explaining its functioning and the key issues to be debated on the 2026 agenda—including UN reform, ongoing military conflicts, the 2030 Agenda, and other global topics regarding development, human rights, and peace and security. It concludes by stating that, despite efforts by powerful nations to attack and dismantle the United Nations, the organization remains a vital space for multilateral diplomacy—fostering dialogue, cooperation, and joint solutions to global challenges—and reaffirms the UN's role as a central platform for international debate and action, particularly through its General Assembly.*

Keywords: *United Nations; General Assembly 2026.*

Introdução

A ***Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)*** reúne-se, segundo as suas regras de procedimento, na terça-feira da segunda semana de setembro. Assim, em 2026, a *81ª sessão*

ordinária da AGNU terá início na terça-feira, dia 8 de setembro. O tema central, em torno do qual girará a AGNU 2026 será: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*", o que busca responder às críticas prevalentes ao multilateralismo.

A *Presidência da Assembleia* obedece à rotação equitativa dos grupos geográficos das Nações Unidas: i) África; ii) Ásia/Pacífico; iii) Europa do Leste; iv) América Latina e Caribe; v) Europa Ocidental e Outros (EUA, Canadá, Israel). O Presidente da 81ª sessão, eleito em 4 de junho, será o *Embaixador Khalilur Rahman*, Ministro de Negócios Estrangeiros de *Bangladesh*, que tomará o lugar de Annalena Baerbock, da Alemanha.

O Presidente da Assembleia Geral conta com o apoio de 21 vice-Presidentes, eleitos para a mesma sessão. Os vice-Presidentes são chanceleres de seus respectivos países.

A Assembleia Geral tem *6 comissões principais* para auxiliar nos trabalhos da Assembleia: 1ª Comissão (Desarmamento e Segurança Internacional); 2ª Comissão (Assuntos Econômicos e Financeiros); 3ª Comissão (Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais); 4ª Comissão (Política Especial e Descolonização); 5ª Comissão (Assuntos Administrativos e Orçamento); 6ª Comissão Jurídica. Cada comissão elege um Presidente, 3 vice-Presidentes e 1 relator.



Sala plenária no edifício-sede das Nações Unidas, em Nova York, onde se reúne a Assembleia Geral

Agenda da AGNU 2026

A agenda da AGNU é debatida e decidida por ela mesma. Como todos os anos a agenda de 2026 é muito ampla, cobrindo uma vasta gama de questões de alta relevância para o mundo: desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e segurança, desigualdades socioeconômicas, cooperação internacional, entre muitas outras. A agenda da 81ª sessão terá 178 itens, que se desdobram em subitens https://docs.un.org/en/A/81/100.

Cada item e subitem, debatidos com base nos documentos apresentados pelo Secretariado, podem resultar em *resoluções*, que constituem a expressão política dos Estados membros, ainda que, estritamente, não sejam mandatórias. Este ponto é importante. Ao aprovar uma resolução, o Estado se compromete, no quadro de sua legislação interna e dentro de suas possibilidades, a adotar as medidas relevantes para a sua efetiva implementação. Este fato é

geralmente ignorado por aqueles que criticam o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular. Dizem que as resoluções, como não são mandatórias, de nada servem. Passam por alto as particularidades sociais e culturais que moldam os regimes jurídicos e dão direção aos modos de pensar política em cada país. São essas particularidades que complicam a implementação de decisões tomadas no âmbito multilateral. Os ODS são um exemplo. No Brasil, por exemplo, a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, com pena de reclusão. Em outros países, a prática de racismo, eticamente condenável, não resulta em prisão. As resoluções, nesse contexto, não devem ser interpretadas como decisões desdentadas por não incluírem a previsão da aplicação de sanção em caso de desobediência. As resoluções, quando adotadas, constituem compromissos éticos, absolutamente necessários e imprescindíveis para o bom funcionamento do sistema multilateral, onde o que se espera é que todos ajam de boa fé. A título de exemplo, até 28 de julho foram adotadas 299 resoluções relativas à 80ª sessão da Assembleia Geral[1].

O *Debate Geral da AGNU* é a ocasião em que os Chefes de Estado ou de Governo presentes (ou seus representantes de alto escalão) expõem perante esse foro mundial a visão de seus respectivos países sobre qualquer assunto tratado pela Assembleia. Com vistas a dar um sentido às distintas exposições, a AGNU adota um tema em volta do qual cada país ordena as suas respectivos falas. Já se disse que para a 81ª sessão, decidiu-se que o tema será: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*".

O debate geral terá início na terça-feira, dia 22 de setembro e se estenderá até segunda-feira, dia 28, com pausa no domingo, dia 27. Os quatro primeiros a falar são o Secretário-Geral, o Presidente da Assembleia e os presidentes do Brasil e EUA. As demais falas são listadas conforme o nível de representação, equilíbrio geográfico e a ordem cronológica dos pedidos apresentados.

Reuniões de Alto Nível

De 22 a 29 de setembro realiza-se, em paralelo ao debate geral, *reuniões alto nível* sobre os seguintes temas:

i) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar os 40 anos da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[2];
ii) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível sobre Ação Climática e Transição Justa;
iii) 24/09/2026 – Reunião de Alto Nível para tratar de ameaças existenciais provocadas pela subida do nível do mar[3];
iv) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível prevenção, preparação e resposta a pandemias[4];
v) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar 25 anos da Declaração e Plano de Ação de Durban[5];

[1] https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml
[2] https://docs.un.org/en/A/RES/80/207
[3] https://docs.un.org/en/A/78/L.101
[4] https://docs.un.org/en/A/RES/79/333
[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/193 e https://docs.un.org/en/A/RES/80/299

vi) 29/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar e promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares[6].

No dia 18 de setembro, antes do início do debate geral, a AGNU realiza o chamado *Momento dos ODS*, oportunidade em que se realizam mesas redondas, debates, exposições de experiências bem-sucedidas, propostas, sugestões, com variedade de atores públicos e privados, sobre meios para acelerar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Não apenas a reunião sobre *pandemias*, mas todos estes eventos, à rigor, relacionam-se com a profunda crise global que estamos vivendo que, de uma outra forma, repercutem sobre a saúde humana e planetária, daí porque interessar diretamente à comunidade da saúde global e diplomacia da saúde.

A Agenda da 81ª AGNU divide-se em grandes blocos, como segue:

A – Promoção do crescimento contínuo e o desenvolvimento sustentável em conformidade das resoluções pertinentes da AGNU, bem como das conferências das Nações Unidas sobre o tema mais recentes. Entre os documentos relevantes, cabe ressaltar os relatórios produzidos sob a égide do Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

B – Manutenção da paz e da segurança internacional / Relatório do Conselho de Segurança

C – Desenvolvimento da África / documentos sobre a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", bem como os da "Agenda 2063", plano estratégico da União Africana

D – Promoção dos Direitos Humanos / Relatório do Conselho de Direitos Humanos

E – Coordenação Efetiva das Atividades de Assistência Humanitária, inclusive a Assistência Econômica Especial

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional / Relatório da Corte Internacional de Justiça

G – Desarmamento / Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

H – Controle das Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações / Relatório da Comissão sobre prevenção do crime e justiça penal, bem como os relatórios do SG

I – Assuntos Administrativos e outros / Relatório do SG sobre o trabalho da Organização. O principal assunto deste bloco, ademais dos trabalhos sobre reforma e revitalização em andamento (ver *Iniciativa UN80*[7]), é a *eleição para o cargo de Secretário(a)-Geral*.

Da mesma forma, examinando estes grandes blocos de temas, mesmo sem entrar nos seus detalhes, podemos afirmar com certeza a relevância que a AGNU tem para a saúde humana pois, à rigor, trata de temas que são indubitáveis determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.

---

[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/49

[7] https://www.un.org/un80-initiative/en

O pano de fundo da 81ª AGNU contém questionamentos ao multilateralismo, as guerras e os conflitos militares, o desenvolvimento sustentável, questões ambientais e a Agenda 2030 (incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição do planeta e a crise ambiental dos plásticos), a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, a manutenção da fome e da pobreza, as inaceitáveis inequidades, o peso da dívida pública, a inteligência artificial, e a necessidade de reformar, ou eventualmente, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

Eleição do(a) Secretário(a)-Geral da ONU

A AGNU81 elegerá o(a) novo(a) Secretário(a)-Geral, para o período que vai de 1º. de 2027 a 31 de dezembro de 2031. De acordo com o Artigo 97 da Carta, o SG é nomeado pela AGNU, após votação e após recomendação do Conselho de Segurança (CS). Para seguir para a Assembleia Geral, um candidato deverá obter ao menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança e nenhum voto desfavorável por parte de qualquer um dos 5 Membros Permanentes do Conselho.

Até o presente são 7 os candidatos ao cargo de Secretário(a) Geral:

i) Michelle Bachelet – ex-Presidente do Chile, ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos[8] e ex-Diretora Executiva da ONU-Mulheres[9];
ii) Rebeca Grynspan – ex-vice-Presidente da Costa Rica e ex-Secretária-Geral da UNCTAD[10];
iii) Rafael Grossi – ex-Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)[11];
iv) Maria Fernanda Espinosa – ex-Presidente da AGNU e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador;
v) Carolyn Rodrigues-Birkett – ex- Representante Permanente da Guiana junto às Nações Unidas
vi) Macky Sall – ex-Presidente do Senegal;
vii) Olara Otunnu – ocupou alto cargo no Secretariado da ONU e foi candidato à Presidência de seu país, Uganda.

A grande novidade nestas eleições é o número de candidatas mulheres, todas oriundas da América Latina e Caribe. Em 30 de julho, o Conselho de Segurança realizou o que se chama de "*straw poll*", que é uma primeira sondagem para avaliar as chances de cada candidato. Cada um dos 15 membros do Conselho depositou um papel em branco com o nome do candidato e uma primeira avaliação: "encorajador", "desencorajador", "sem opinião". Na primeira sondagem, não se pode saber se o voto é de algum Membro Permanente ou Não-Permanente.

O resultado daquela primeira enquete foi o seguinte[12]:

[8] Para saber mais sobre o Alto Comissariado consultar https://acnudh.org/pt-br/
[9] Para saber mais sobre ONU-Mulheres consultar https://brasil.unwomen.org/pt-br/sobre-nos/diretora-executiva
[10] Para saber mais sobre a UNCTAD consultar https://unctad.org
[11] Para saber mais sobre a AIEA consultar https://www.iaea.org
[12] Sobre o tema ver o artigo de ***Tobar e Alcázar,*** publicado no *Cadernos 13/2026*, pp. 30-34.

i) Rebeca Grynspan – 10 votos “encorajador”, 1 voto “desencorajador” e 4 votos “sem opinião”;
ii) Carolyn Rodrigues-Birkett – 9 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 4 “sem opinião”;
iii) Rafael Grossi – 7 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 6 “sem opinião”;
iv) Michelle Bachelet – 6 “encorajador”, 5 “desencorajador” e 4 “sem opinião”;
v) Macky Sall – 6 “encorajador”, 7 “desencorajador” e 2 “sem opinião”;
vi) Maria Fernanda Espinosa – 5 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 8 “sem opinião”;
vii) Olara Otunnu – 2 “encorajador”, 5 “desencorajador” e 8 “sem opinião”.

Deverá realizar-se nos próximos dias uma segunda sondagem, provavelmente “colorida” para distinguir os Membros Permanentes dos Não-Permanentes. A sondagem “colorida” indica as reais chances dos candidatos, uma vez que um voto desfavorável por parte de um dos Membros Permanentes inviabiliza a candidatura. O processo todo é opaco e mais ainda na atual circunstância da “sabotagem” dos EUA no Sistema das Nações Unidas.

Ademais dessa eleição, há outras que cobre todo o espectro do Sistema Nações Unidas. De particular interesse é a situação do *Alto Comissário para Direitos Humanos, Volker Turk,* da Áustria, reeleito por mais um período de 4 anos, começando em 12/10/2026 e finalizando em 11/10/2030. Volker Turk foi eleito por 144 votos a favor, 10 contrários (Argentina, Burkina Faso, República Popular Democrática da Coreia, Israel, Mali, Nicaragua, Federação Russa, Trinidad e Tobago e EUA) e 10 abstenções.

Saúde na agenda da AGNU 2026

Já afirmamos antes que, ao tratar de um elenco importante de temas que são determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde, as discussões e decisões tomadas na AGNU impactam profundamente sobre a saúde humana e planetária e, por isso, interessam a comunidade da saúde global e da diplomacia da saúde. Contudo, queremos destacas aqui o que se relaciona clara e diretamente com a saúde.

Em primeiro lugar, a *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta* a *Pandemias (PPPR),* dia 25/09. Prevista por Resolução da AGNU 79 https://docs.un.org/en/A/RES/79/333 será organizada pela presidência da Assembleia, em conjunto com a OMS, indicando a alta prioridade conferida pelos Estados-membros aos riscos das pandemias para a população mundial. A reunião representa uma oportunidade para que os Estados-Membros mobilizem ímpeto político — inclusive por meio da integração de uma abordagem multissetorial voltada à prevenção, preparação e resposta a pandemias —, dadas as consequências multifacetadas das pandemias. Um dos componentes da Reunião será a revisão da Declaração Política sobre PPPR da AGNU de 2023 Document Viewer.

O formato da reunião consiste em um segmento de abertura, um segmento plenário para discussão geral, dois painéis multissetoriais e um segmento de encerramento. Os painéis tratarão dos temas: (1) *O mundo unido: ação multilateral para a prevenção, preparação e resposta coordenadas a pandemias, incluindo o compartilhamento de melhores práticas e lições aprendidas até o momento*; e (2) *Acesso equitativo por meio da sustentabilidade e previsibilidade: capacidades e financiamento para o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias.* Poderão participar do evento organizações relevantes, como ONGs, instituições acadêmicas e setor privado**.** A reunião deverá aprovar uma declaração política

concisa e orientada para a ação, previamente acordada por consenso através de negociações intergovernamentais, a ser submetida pelo Presidente da Assembleia Geral para adoção pela Assembleia. No Caderno 15 traremos mais detalhes sobre o evento e sobre os conteúdos de saúde da AGNU 81.

Remetido pelo Conselho de Direitos Humanos, órgão subsidiário da AGNU, vai apreciar o informe da Relatora Especial sobre o *Direito de todos ao gozo do mais elevado padrão possível de saúde física e mental*, *Tlaleng Mofokeng*, que encerrou seu mandato, e o informe da Relatora Especial sobre a *Eliminação da discriminação contra as pessoas portadoras de hanseníase*.

Considerações finais

A 81ª sessão da AGNU será marcada por continuados conflitos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Irã e Ucrânia (este último tem tudo para desencadear em guerra nuclear), ademais dos outros menos visíveis (Haiti, Somália, República Democrática do Congo e países do SAHEL/África); aumento do aquecimento global, com o consequente aumento de deslocamentos migratórios que, por sua vez, aumentam a intolerância e o racismo e alimentam as teses de exclusão social simpáticas à extrema direita. Todos esses fatores acabam bloqueando as agendas progressistas, de que é exemplo a Agenda 2030 e a promessa de um mundo melhor.

É contra esse mundo desumanizado e desumanizante, em que pioram os determinantes humanitários, que são aqueles que podem tornar real o compromisso inscrito no primeiro parágrafo da Carta de São Francisco — *reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos homens e da mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida, dentro de uma liberdade ampla*[13] — contra esse mundo de grandes incertezas, em que a desconfiança e a descrença no multilateralismo, em geral, e nas Nações Unidas, em particular, são normas, contra esse mundo deverá debater-se o novo Secretário-Geral, como Ulisses em sua épica volta a Ítaca.

É o que esperamos do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. Um resgate épico do compromisso inscrito na Carta.

A despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

[13] https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf